

# RENDA MÍNIMA, CONSUMO E CIDADANIA: O CASO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM AREIA BRANCA-RN

## MINIMUM INCOME, CONSUMPTION AND CITIZENSHIP: THE CASE OF FAMILY SCHOLARSHIP PROGRAM IN AREIA BRANCA – RN

Lidiane Alves da Cunha<sup>10</sup>

### RESUMO

Na atualidade, muito tem se falado sobre o consumo, sendo este inclusive apontado como o grande vilão dos problemas ambientais enfrentados pelo planeta. Para além disto, os países pobres ou em desenvolvimento precisam resolver a equação de garantir acesso de determinada parcela da população ao consumo tanto de bens básicos, de bens simbólicos, como de serviços públicos essenciais, tais como a educação pública de qualidade. A equação resume-se na seguinte crise: enquanto o mundo é chamado a pensar o consumo desenfreado que ameaça o equilíbrio planetário, países como o Brasil, precisam pensar políticas públicas que possam garantir renda e acesso ao consumo de determinada parcela da população como elementos essenciais para a cidadania. Programas de renda mínima são apontados como alternativas para garantir maior inclusão de populações menos favorecidas economicamente à uma renda fixa mensal. Em contrapartida, a família deve garantir a permanência das crianças na escola. Supõe-se que a partir desta combinação entre renda mínima e escola, alcançaríamos a cidadania para estas populações. Neste contexto, busco compreender como se constroem as dinâmicas desses fenômenos e como eles se relacionam para resolver o problema da exclusão e da satisfação das necessidades por populações economicamente excluídas do mercado consumidor e que também são excluídas de bens públicos essenciais, sobretudo educação de qualidade. Falar de inclusão em uma sociedade de consumo excludente é apontar para a necessidade da redistribuição de renda, tanto para que os indivíduos possam exercer sua função contemporânea de consumidores (Canclini, 1999) quanto na busca de maior inclusão e possibilidade de exercer a cidadania, não somente pautada pelo fato de consumir ou não, mas no sentido da igualdade e inclusão.

**Palavras-chave:** renda mínima, consumo e cidadania.

---

<sup>10</sup> Mestre em sociologia – PPGS – UFPE. Professora assistente do Departamento de Ciências Sociais e Política – DCSP – UERN. E-mail: [lidianeadc@yahoo.com.br](mailto:lidianeadc@yahoo.com.br).

Na atualidade, muito tem se falado sobre o consumo, sendo este inclusive apontado como o grande vilão dos problemas ambientais enfrentados pelo planeta. Para além disto, os países pobres ou em desenvolvimento precisam resolver a equação de garantir acesso de determinada parcela da população ao consumo tanto de bens básicos, de bens simbólicos, como de serviços públicos essenciais, tais como a educação pública de qualidade.

A equação resume-se na seguinte crise: enquanto o mundo é chamado a pensar o consumo desenfreado que ameaça o equilíbrio planetário, países como o Brasil, precisam pensar políticas públicas que possam garantir renda e acesso ao consumo de determinada parcela da população como elementos essenciais para a cidadania.

É bem verdade que ao relacionar o consumo à questão da redistribuição de renda na atualidade, percebemos, de acordo com Bauman (1999), que os indivíduos desempenham muito mais o papel de consumidores do que de produtores, envolvendo uma profunda discussão acerca da pobreza e da inclusão dos seus indivíduos no acesso ao consumo e a cidadania.

Programas de renda mínima são apontados como alternativas para garantir maior inclusão de populações menos favorecidas economicamente à uma renda fixa mensal. Em contrapartida, a família deve garantir a permanência das crianças na escola. Supõe-se que a partir desta combinação entre renda mínima e escola, alcançaríamos a cidadania para estas populações.

Esquecemos, no entanto, de um elemento essencial deste contexto, que é a constatação de que ao vivermos em uma sociedade de consumo, as diversas implicações trazidas por esta sociedade (sejam éticas, ecológicas, educacionais) vão refletir nas políticas desenvolvidas.

Neste contexto, busco compreender como se constroem as dinâmicas desses fenômenos e como eles se relacionam para resolver o problema da exclusão e da satisfação das necessidades por populações economicamente

excluídas do mercado consumidor e que também são excluídas de bens públicos essenciais, sobretudo educação de qualidade.

Falar de inclusão em uma sociedade de consumo excludente é apontar para a necessidade da redistribuição de renda, tanto para que os indivíduos possam exercer sua função contemporânea de consumidores (CANCLINI, 1999) quanto na busca de maior inclusão e possibilidade de exercer a cidadania, não somente pautada pelo fato de consumir ou não, mas no sentido da igualdade e inclusão.

Diante das condições de pobreza e exclusão social nas diversas partes do mundo, a sociedade contemporânea tem buscado alternativas a exemplo dos chamados programas de renda mínima, que visam através da distribuição de um subsídio financeiro, possibilitar meios para a satisfação de necessidades básicas. No entanto, percebemos que a satisfação das necessidades não se dá necessariamente como se espera, pois existe uma distância entre os desejos e aspirações de consumo e da real satisfação destas na prática. Portanto, falar em programas de renda mínima como forma de inclusão e de redistribuição de renda na sociedade contemporânea implica pensar a relação destes com a sociedade de consumo.

Nessa sociedade fundada no convívio entre altos padrões de acumulação e concentração de renda com a miséria e pobreza, alcançar a cidadania passa diretamente pela capacidade de renda de seus cidadãos, conforme afirma Sposati (1997). Percebe-se então a cúmplice relação entre a exclusão/ inclusão social a partir da aquisição de bens e serviços necessários. É através do termo “necessidade” que a cultura de consumo relaciona-se com o social, posto que é nisto que se concentra a relação entre a vida privada, as instituições públicas e os programas de renda mínima. Por isso, mais do que perguntar se as necessidades na cultura de consumo são básicas ou triviais deveríamos prestar atenção em “como” as sociedades modernas definem as necessidades e a importância dada a estas.

Ao se trabalhar com beneficiários de programas de renda mínima, supõe-se que alcancemos uma população extremamente pobre. No entanto,

nem sempre há nessa classificação uma lógica direta. Por exemplo, os beneficiários de Areia Branca encontram-se nesta área de benefício, mas não significa, necessariamente, que vivem em extrema pobreza como noutras localidades.

Percebe-se então que o termo “pobreza” não se refere apenas ao estado de precisar de alguns bens, mas sim a um “*status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência” (PAUGAM, 2002, p. 45). Por isso mesmo nas sociedades modernas, além de estarem privados dos recursos econômicos, os pobres exercem também pouca influência sobre o poder político, dada a sua posição social inferior.

As diferentes definições de pobreza têm em comum a relação desta com a falta de acesso a um padrão de vida mínimo ou essencial. Assim, as diferentes conceituações vão divergir justamente neste mínimo adequado em cada situação. As metodologias deixam de lado muitas vezes a experiência humana e da subjetividade social, pois,

Longe de serem neutros, os indicadores de pobreza refletem, na escolha dos critérios e dos patamares a definição dada à pobreza, o julgamento de valor projetado sobre ela e sobre os pobres, o quadro filosófico, ético e dialógico no qual a operação se inscreve, e forçosamente também, a organização, a instituição, o interventor ou outros prescritores que executam o projeto (SALAMA E DESTREMEAU, 1999, p.106-107).

Mas se os pobres não estão fora da sociedade de consumo, como uma comunidade pauperizada de um país periférico pode inserir-se na mesma? Rocha (2002) explica que o processo da consolidação da cultura de consumo é moldado por relações entre segmentos sociais específicos, marcados por um tipo determinado de distribuição da riqueza social quanto à valorização de determinados modos de vida. Para entender esse processo deve-se recompor

as trajetórias sociais e processos vivenciados pela população quanto às necessidades e quanto ao papel da publicidade e da cultura de consumo em sua redefinição, estabelecendo a relação entre consumo, publicidade e industrialização no capitalismo.

Ainda segundo Rocha (2002), percebe-se por volta da década de 80 uma mudança e uma maior disseminação dos hábitos de consumo entre a população do interior nordestino, com o acesso desta ao consumo de bens industrializados. Dois foram os processos históricos que contribuíram para isto, sendo a formação de um setor de subsistência nas áreas agrárias-exportadoras que vinham desde os tempos da colonização com grandes limitações de recursos, mas que começaram a mudar com o ciclo de expansão capitalista no Brasil, e a formação da indústria cultural. A partir disto, a autora busca mostrar como se dá “a re-elaboração das formas de vida de um segmento social pobre e periférico, a partir do momento em que ele se viu em contato com a cultura de consumo, no quadro de uma transformação mais abrangente da sociedade brasileira” (ROCHA, 2002, p.23).

A pobreza pode ser compreendida então, nas palavras de Rocha “como uma condição de vida marcada pela instabilidade e precariedade” (2002, p.29). Portanto, a visão vai além de classificações em faixas de renda, mas sim perceber que ao longo da segunda metade do século XX ocorreram mudanças para a população tradicionalmente pobre e o universo de consumo. A inserção desta população na sociedade de consumo se dá através de uma relação estetizada e estilizada com os bens, dada a ampliação e expansão da oferta e do consumo de bens industriais. Com a cultura de massa, os próprios bens culturais passaram a representar uma relação de consumo.

A aparente obviedade em ver a pobreza como ausência e privação material, deixa de lado muitas vezes a sua dimensão política, pois a pobreza como um elemento passível de ser transformada pela modernidade esconde o fato de que não se eliminou a precariedade com o desenvolvimento econômico da segunda metade do século XX. Mesmo nestes momentos de desenvolvimento econômico, a pobreza continuou crescendo, tendo como

integrantes parcelas da população que nunca foram inseridas nas atividades econômicas de maior estabilidade. São desempregados ou tiveram seus rendimentos diminuídos. Esse consumo precário, observado no acesso das populações pobres à bens e formas simbólicas advindas da industrialização, não significa que estas tenham obtido acesso ao mercado de trabalho ou possuam uma representação política autônoma. Daí a necessidade das políticas sociais serem efetivas, evitando-se uma inclusão parcial, precária e marginal.

As medidas adotadas no programa Bolsa Família do Governo Federal, na tentativa de dar maior emancipação e divulgação sobre a questão da cidadania, tem surtido bons efeitos na questão da **não humilhação**, sendo vista como um direito e não uma dívida. No entanto, essas pessoas ainda sofrem com o preconceito ou sentem-se diminuídas por sua condição social, como demonstram dados da pesquisa. Pela própria questão do consumo como elemento de distinção social, como informam, são todos os dias colocadas em um sistema classificatório, em que os bens são atribuidores de *status*. Isto pode ser constatado nas entrevistas, no desejo por determinados bens que os amigos possuem ou que estão em moda, e o desejo de possuí-los. Por isso tudo é que concordo com Paugam quando afirma que

a nova desigualdade, portanto, necessita ser analisada através de uma 'fenomenologia dos processos sociais excludentes', porque cria-se também um universo ideológico no imaginário da sociedade de consumo (PAUGAM, 2002, p. 22).

Os programas de renda mínima têm surgido não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo, como alternativa para alcançar-se a inclusão dos indivíduos. Tem-se discutido amplamente algumas questões que influenciam diretamente a eficiência, a eficácia e a efetividade destes programas, não observando-se embora, a relação intrínseca que estes vão apresentar com a sociedade de consumo. Esta análise é essencial para que se

possa amenizar distorções entre o que é pensado e discutido no cotidiano dos indivíduos.

O programa Bolsa Família é um exemplo disto, sendo destinado à todas as famílias brasileiras que recebem até 70,00 R\$ *per capita*, tidas como famílias na linha de pobreza extrema e as famílias que recebem até 140,00 R\$ *per capita* mensais, consideradas famílias pobres. A renda compartilhada de um núcleo familiar é o principal critério de inclusão.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalha com quatro tipos de benefícios: Benefício Básico (R\$ 70, concedidos apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70); Benefício Variável (R\$ 32, concedidos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes – limitado a cinco benefícios por família); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (R\$ 38, concedidos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos – limitado a dois jovens por família); e Benefício Variável de Caráter Extraordinário (valor calculado caso a caso).

O Bolsa Família é o único que lida tanto com a questão da educação como com a faixa etária adolescente, sendo por isso mesmo escolhido já que no estudo da cultura de consumo, este segmento etário está suscetível a uma gama de influências simbólicas e relações pautadas no consumo. Isto implica trabalhar com um público adolescente, inserido em um contexto familiar de baixo poder econômico. Estudar a vida cotidiana dos adolescentes nos permite compreender os significados sociais construídos por estes (tais como o estilo de vida, consumo e formas de lazer).

Além disto, existem as condicionalidades que são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

No comportamento juvenil, ao mesmo tempo em que se inventam modas, se assimilam outros elementos que geram ciclicamente um maior potencial de consumo. Assim “as estratégias de mercado procuram ir ao encontro dessa inconstância dos jovens, diversificando a oferta de produtos e fazendo com que eles, com mais opções, saibam cada vez menos o que são” (FELIX, 2003, p. 10).

Piaget (1961) afirma que a juventude é um período em que ocorre uma reorganização da personalidade levando a novas configurações formadas pela relação entre os fatores bio-sociais, infância e idade adulta. As estruturas psíquicas originadas na infância mudam levando a ajustamentos interiores em um processo de maturação. Por isso surge a necessidade de novas identificações da personalidade em um processo de auto-definição, correlacionando-se as moldagens interiores e a aparência exterior, definindo o comportamento social. Ocorre que a indústria cultural transforma em produto

cultural e industrial, tanto o que se apresenta no campo visual quanto gostos e comportamentos.

O consumir se torna uma atitude de aquisição de prestígio social em que as mercadorias criam distinções sociais à medida que simbolizam os estilos de vida dos grupos. E isto não apenas para as pessoas que possuem condições financeiras para consumir bens atribuidores de *status*, mas também para as pessoas das classes populares. Estas também vivem na sociedade de consumo e reconhecem as formas de distinção, mudando, porém, a forma de realização e satisfação dessa necessidade.

Assim, o universo das famílias beneficiadas pelos programas de renda mínima está inserido no ciclo da propaganda e modas, da mesma forma que as classes que possuem condições de satisfazer estes desejos de consumo. O que muda, no entanto, é a forma de satisfação dessas necessidades simbólicas e da relação cotidiana dos indivíduos com a realidade. Por isso mesmo é que não podemos isolar a pobreza do seu cenário social.

Assim, durante a pesquisa, tratei de recolher as percepções dos atores sociais sem idéias pré-concebidas, sendo as categorias e conceitos utilizados construídos a partir dos discursos, favorecendo a palavra dos atores já que eles sabem e são *experts* de sua história. Utilizei a técnica de saturação de conteúdo, em que os resultados são alcançados quando os conteúdos das entrevistas passam a ser repetitivos sem apresentarem novos elementos (ROCHA, 2002). Busquei uma técnica que nos apresentasse o benefício de não trabalhar com os atores de maneira atomizada, mas a partir da argumentação, do confronto de posturas, da replica ou o reforço de uma idéia na interpretação das realidades (HAGUETTE, 1987).

As temáticas às quais as entrevistas referem-se, conforme norteado pelos objetivos da pesquisa são: características sócio-econômicas da família, escola e trabalho, percepção sobre o Bolsa Família, universo simbólico de consumo, cidadania e visão de futuro, utilizando uma abordagem extensiva – compreensiva.

A coleta de dados foi realizada no período de Julho a Dezembro de 2011, dividindo-se entre o acesso às fichas cadastrais e seleção dos atores, no período de Julho a Agosto, e a execução das entrevistas nos meses de Novembro a Dezembro de 2011. Ao todo foram 66 fichas pré-selecionadas, sendo 32 da zona rural e 34 da zona urbana, com um total de 175 estudantes beneficiados, sendo realizadas 22 entrevistas, destas 11 adolescentes na faixa etária de 13 a 15 anos e 11 mães de beneficiários.

A pesquisa em Areia Branca justifica-se tanto no nível teórico, pela possibilidade de lançar luz sobre o consumo e estilos de vida dos pequenos municípios distantes geograficamente dos grandes centros (já que este possui uma realidade pouco diferente de tantos outros pequenos municípios no interior do Brasil), bem como pela relativa qualidade de vida e estabilidade econômica. Ao contrário do que se pode pensar, este não é um município pobre, possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano médio, de 0,710 (13º lugar no Estado), aproximando-se do IDH brasileiro que é de 0,766<sup>11</sup> (IBGE, 2000), possuindo além disto inúmeras potencialidades naturais e econômicas, muito embora não possua tantos postos de trabalho formal.

Portanto, pode parecer estranho estudar ou mesmo entrevistar pessoas beneficiadas por um programa de renda mínima como o Bolsa Família, que pretende alcançar famílias pobres ou abaixo da linha de pobreza. Primeiramente pelo fato de que este valor seria pouco significativo para os índices do município, e segundo porque se esta família faz parte de um programa de renda mínima é porque ela precisa gastar esse dinheiro com bens básicos ou essenciais. No entanto, para a economia do município o volume dos recursos transferidos é de R\$ 10.178.274,32, somente no exercício de 2012, de acordo com fontes do Portal da Transparência. Além do mais, dada a realidade do município, muitas pessoas que trabalham na informalidade possuem renda razoavelmente fixa, e mesmo assim acabam entrando nesse programa justamente por serem provenientes de atividades informais,

---

<sup>11</sup>O IDH varia de 0 a 1. Um município possui baixo IDH quando possuem índice inferior à 0,5, médio entre 5,0 e 8,0 e alto acima deste.

declarando muitas vezes que não trabalham pois não há registro que comprove, conforme podemos notar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Renda *per capita* das famílias analisadas de acordo com ocupações e profissões:

PROFISSÕES/ OCUPAÇÕES	RENDA PER CAPITA R\$ 30,00	RENDA PER CAPITA R\$ 60,00	RENDA PER CAPITA R\$ 90,00	TOTAL	
ASSALARIADOS	2 responsáveis	5 responsáveis	6 responsáveis	13	19,7%
AUTÔNOMOS	2 responsáveis	1 responsável	–	3	4,6%
NÃO TRABALHAM	16 responsáveis	15 responsáveis	4 responsáveis	35	53%
APOSENTADOS	2 responsáveis	2 responsáveis	2 responsáveis	6	9,1%
INFORMAIS	6 responsáveis	3 responsáveis	–	9	13,6%

Fonte: dados da pesquisa.

Ao analisar o número de aposentados como provedores de renda, que nas famílias entrevistadas eram três, percebi a importância destes como fonte de renda em pequenos municípios e sua contribuição na composição da renda familiar (SCHWARZER E QUERINO, 2002), sendo estas muitas vezes, a única fonte de renda fixa das famílias. No Brasil, cerca de 35% dos idosos em municípios com até 20.000 habitantes contribuem entre 30% e 50% do rendimento mensal familiar (IBGE, 2010), possuindo também grande influência nestes municípios devido à expansão da seguridade social rural, conforme podemos observar na citação de Delgado que diz,

o programa de seguridade social rural [...] representa hoje o principal instrumento de combate à fome e à miséria no meio rural. É ainda forte auxílio indireto à unidade familiar e possibilita a sua sustentação social, algo que em outros países se realiza no âmbito da política agrícola (SILVA, 1999, p. 113).

Em uma sociedade na qual as necessidades são construídas socialmente, nem mesmo as pessoas que vivem num grau elevado de pobreza desejam ou precisam apenas de bens básicos. Muito do que pode ser considerado supérfluo ao primeiro olhar pode ser algo imprescindível para o indivíduo, já que os desejos são subjetividades interiorizadas. Este é o paradigma de uma sociedade assentada sob uma realidade econômica excludente.

Os pequenos municípios, mesmo distantes dos centros urbanos e possuindo uma dinâmica própria, estão obviamente inseridos nesta sociedade de consumo. Isso pode ser constatado no fato de que mesmo os adolescentes entrevistados na zona rural do município também apontam como objetos de consumo os bens apontados pelos adolescentes que residem na zona urbana. O que pode impedir tal constatação, em primeiro plano, é o fato de se acreditar que desta sociedade só fazem parte o seleto grupo dos que muito consomem. Ocorre que mesmo os excluídos economicamente fazem parte da sociedade de consumo, mesmo que seja através de seu consumo precário (ROCHA, 2002) ou como telespectadores, dado o acesso à informação da disponibilidade dos bens muito embora não se dê aí a efetivação do consumo. É a partir da afirmação que se faz através deste que se pode reconhecer a posição em que os indivíduos estão. Por isso o consumo, como argumenta Slater, também denota desigualdade, já que

a pobreza não é tanto a falta de posses, e sim de exclusão da participação no fluxo das informações, ao consumir menos, somos excluídos de eventos e conhecimentos sociais fundamentais. Na verdade, os dois tipos de pobreza andam juntos, pois a exclusão do fluxo de informações de consumo tem conseqüências materiais diretas (SLATER, 2002, p.149).

No entanto, em uma sociedade de consumo, os desejos e necessidades não se limitam apenas a isto. Discute-se a destinação do gasto ou deixá-lo a

critério do beneficiário. Durante a pesquisa, nove mães e adolescentes responderam que o beneficiário é que deve escolher como gastar o dinheiro deve ser gasto.

É por esta subjetividade interiorizada na relação entre o que se deseja e o que os programas de renda mínima venham a permitir ou não é que fica claro a questão de como o *habitus* de uma classe, estudado por Bourdieu (1989), é algo muitas vezes delimitado pelas demais classes e traçado a partir da distinção a que os indivíduos são submetidos. Assim, as afirmações por parte dos beneficiários acerca dos usos específicos da renda do programa apontam para a idéia de que se alguém é da classe popular e faz parte de um programa de renda mínima, ela não pode ou não possui outras necessidades além das básicas, já que o *habitus* de sua classe é marcado pela limitação financeira. Deve-se observar que ter a necessidade de alguns bens que não são unicamente de subsistência não significa necessariamente que aquele indivíduo não esteja dentro do *habitus* característico de sua classe, mas sim que este visualiza através do consumo, o *habitus* de uma outra classe que possui maior *status* e poder econômico.

Essa busca de poder satisfazer os desejos dos filhos visa responder seus anseios em busca de aceitação por parte dos colegas, compartilhando os bens veiculados na mídia e que são comuns entre os amigos, como podemos constatar nas falas de oito das onze mães entrevistadas, que afirmam que os amigos influenciam diretamente na definição do que os filhos querem ter, principalmente no sentido da distinção que isto traz pelo fato de um amigo possuir e eles não. A televisão teria também grande influência no sentido de imitação das modas e no desejo de possuir, de acordo com a resposta de oito mães, como Ana Cristina, que diz que *a juventude de hoje vai pela televisão. O que vê na televisão diz, 'ai eu vou comprar aquela sandália, vou comprar essa roupa, eu vou fazer isso porque não sei quem fez'*. (mãe, dona de casa, entrevista nº 19).

Nas respostas das mães, mesmo a propaganda na tv influenciando no desejo aos bens da moda, é a partir do momento que esta comparação se dá

entre os amigos que fica visível a distinção de possuir ou não aquilo mostrado na tv. A mãe Francisca ressalta isso em sua fala ao dizer *eu acho que é os amigos, porque eles dizem 'fulano tem isso, você não pode me dar'. Eu digo muito a eles, eu só dou o que posso* (Auxiliar de serviços gerais, entrevista nº 7). Outra mãe também aponta a influência dos amigos quanto aos desejos de consumo quando afirma que as filhas *vêm as amigas, principalmente as amigas que andam com elas, todas têm celular e elas não têm né, e ficam querendo ter*. (Maria José, dona de casa, entrevista nº 5). Assim, ao mesmo tempo em que se busca a distinção a partir de estilos e modas, há também a necessidade de afirmação e pertencimento à turma e de não se diferenciar destes no possuir.

A exclusão é experimentada principalmente por quem não possui renda para poder comprar as coisas que são desejadas e que um amigo possui. Em Areia Branca, esse ritual de visualização dos bens entre os jovens se dá de forma mais marcante, haja visto que as pessoas se conhecem e sabem distinguir quem possui o quê. Além disso, independente da situação econômica, esses adolescentes partilham do mesmo espaço de lazer dada as poucas opções que existem. Assim, a visualização do consumo dos adolescentes mais abastados é partilhada com os outros, presente não na satisfação, mas no acesso à informação da existência desses símbolos de *status* e no desejo de possuí-los. A importância da Praça da Matriz como espaço de distinção é colocada por uma adolescente ao dizer que *a gente quer comprar roupa pra isso, pra ir pra praça, pra passear* (Fernanda, 13 anos, entrevista nº 4).

Os que não podem consumir determinados bens atribuidores de *status* também partilham desses rituais de distinção. Isto aponta que, na sociedade de consumo, como não há posições sociais nem “eus” previamente estabelecidos, o indivíduo deve fazer uso dos recursos materiais e simbólicos no exercício de escolher, interpretar e construir sua identidade (HALL, 2000). Se estes jovens sentem a necessidade de um consumo que é inviável para o seu poder aquisitivo, temos então dilemas com relação a que tipo de inclusão e satisfação de necessidades está se falando, principalmente neste cenário em que os

programas de renda mínima se colocam como alternativa para resolver ou amenizar a pobreza, devendo-se então começar por resolver o problema da distribuição do benefício, da baixa eficácia e má focalização.

Se temos por um lado uma alteração no papel do Estado e por outro o surgimento da preocupação com a exclusão social, devemos lidar também com a elevação das aspirações de consumo, mesmo não estando acessíveis à todos e que são no entanto, tomadas como padrão, ou seja, a informação da possibilidade de aquisição do bem se deu de forma mais rápida e efetiva do que a sua possibilidade real de satisfação. Neste sentido, o grande conflito ou emblema desta sociedade é que o sentimento de exclusão é acentuado porque o consumo, de acordo com Dupas, tornou-se

*no principal sinal exterior de sucesso individual, o que faz com que o sentimento de exclusão possa ter um teor puramente relativo, ou seja, o de estar excluído não de necessidades consideradas básicas, mas daquilo que outras pessoas tem. Essa sensação pode, com efeito, ocorrer em qualquer faixa de renda (DUPAS, 1999, p. 17).*

É no consumo precário que a população mais carente responde à incitação ao consumo. Presencia-se a inserção dos pobres neste consumo não-essencial, vistos a partir da repetição das modas urbanas não apenas nas periferias, mas também nas zonas rurais, presente nos eletrodomésticos e nas diversas feiras, comércios, camelôs, nos produtos contrabandeados do Paraguai e na ilegalidade que os cerca, um meio de satisfazer a pressão “pró-consumo” (ROCHA, 2002), já que possibilita a redução dos custos. É nesta segmentação do mercado e na pirataria que dá-se vazão para o consumo de uma população pobre. Isso porque não basta ser mais barato, mais que isso, o produto deve ser um substituto razoável para os bens desejados.

Percebe-se que essa inserção da população pobre na sociedade de consumo não trouxe transformações maiores nas relações de prosperidade, nas práticas políticas e de trabalho deste sistema, enfraquecendo-o na medida em que se dá através de formas paralelas de produção e consumo dos bens. Por isso mesmo é que Rocha afirma que,

ao invés de ser fruto da universalização das formas mais vigorosas de produção capitalista, a expansão do mercado consumidor brasileiro pressupôs o revigoramento da velha cisão entre o alto e o baixo comércio, porque foi baseado na multiplicação dos meios precários de acesso aos bens. A diferença entre os que consomem pelas vias principais e os que só alcançam os bens através de atalhos nunca foi tão grande (ROCHA, 2002, p.179).

Assim, para além da falsa impressão que se possa ter de uma possível democratização por meio do consumo ou da aproximação dos extremos sociais quanto às condições de vida e uso de bens similares, a análise revela que grande parte da população não consegue inserir-se por meio das vias regulares de acesso aos produtos, isto porque, “a tensão se manifesta na redefinição das necessidades dos indivíduos sem um aumento proporcional de seu poder aquisitivo” (ROCHA, 2002, p.179). Em resumo, a inserção na sociedade de consumo por meio de um consumo precário não exclui a pobreza.

Por outro lado, se não pode ser democratizado o acesso efetivo ao consumo, possibilita-se o acesso ao sonho e à eterna insatisfação tão salutar ao sistema capitalista. A mídia se encarrega de socializar os desejos e de informar a todos a existência dos produtos que serão consumidos apenas por quem efetivamente pode pagar por eles.

A não ser a saída através do consumo precário, resta aos beneficiários de programas de renda mínima a simulação do consumo e a utilização da renda para as necessidades, que muito embora sejam aparentemente supérfluas, são necessárias para a felicidade e a execução de seus papéis de consumidores. Resta saber como esta sociedade conseguirá, mesmo incluindo precariamente os seus cidadãos, encontrar espaço para lidar com este antagonismo da sociedade de consumo, o consumo precário. Esse desejo por consumir, muitas vezes desenfreado, fica evidente quando os valores dos bens comprados não condizem com a realidade da cidade. Assim, uma mãe diz:

*Eles só querem comprar coisa cara, coisa que quando eu era moça eu nunca possuí. A coisa mais difícil era eu comprar uma roupa (Aparecida, dona de casa, entrevista nº 19).*

É por esses dilemas que um novo referencial de programas de renda mínima deve levar em conta que a pobreza e a inserção na sociedade de consumo constituem prismas complexos que englobam muito mais que uma relação direta com valores monetários ou limites de renda. Ao propor-se diminuir a exclusão social ignorando as influências da sociedade de consumo, os programas de renda mínima correm o risco de tornarem-se duplamente estigmatizantes e de não conseguirem incluir. Por isso, ao pensar em lidar com a questão da pobreza na sociedade de consumo deve-se levar em consideração a interligação entre três elementos na busca de uma cidadania plena, que são: distribuição de renda, trabalho e melhoria das condições de vida.

Primeiramente a distribuição de renda porque não se pode incluir quando se tem uma grande disparidade nas condições de vida das pessoas. A liberdade real não é apenas a possibilidade de escolher entre bens de consumo diversos, mas sim de poder guiar a vida da forma como se deseja. Portanto uma renda que busque trazer inclusão para os mais pobres deve ser garantida sem nenhuma restrição ao seu uso ou condição para receber.

Quando falamos em qualidade de vida dos cidadãos devemos pensar em uma nova concepção de análise e combate à pobreza, na qual mesclam-se o direito à renda, a uma educação de qualidade e o direito ao trabalho. É nisto que está a base da cidadania, pois assim como os cidadãos possuem direito a um determinado nível de vida, possuem também como direito e dever a possibilidade de proporcionar à sociedade o seu equivalente trabalho e garantir um futuro digno aos filhos.

No entanto, o Bolsa Família continua não inserindo totalmente o seu público, tanto por problemas de organização que enfrenta como pela dupla estigmatização a qual esses indivíduos são submetidos na sociedade de consumo, por fazerem parte de um programa de renda mínima e por não terem

acesso aos bens distintivos, realizando assim, o consumo precário. Portanto, tendo a argumentar que pensar políticas públicas que tragam inclusão sem reforçar a estigmatização só é possível quando a distribuição de renda, a igualdade e a qualidade de vida são trabalhadas em conjunto. Como membros de uma sociedade, os cidadãos possuem direito de usufruir e participar de suas riquezas, com justiça e equidade.

Além disso, a educação aparece como um elemento secundário, haja visto que o programa meramente supõe, pela frequência escolar, que as crianças e adolescentes destas famílias estão tendo acesso, sem haver maiores responsabilidades sobre o processo educacional dos filhos ou mesmo, garantindo a permanência destes em escolas em si precárias. Este é um ponto nevrálgico do programa, pois sem educação a médio e longo prazo, refletida em capacitações para adultos em idade profissional e ensino de qualidade para os jovens, eles tenderão a permanecer eternamente nesse programa, pois sua dependência ao benefício não se extingue, já que sua condição social nunca muda, mas apenas uma melhoria no acesso a alguns bens de consumo.

Assim, a redistribuição de renda na sociedade de consumo como uma tarefa e desafio para os governos e a sociedade civil, aponta para a necessidade de políticas públicas que gerem emprego, renda, e provisão de serviços essenciais, como ensino de qualidade. Isso porque a atual configuração do mundo do trabalho continua, por si, reforçando a exclusão na sociedade de consumo, haja visto que não há como resolver o conflito entre ter de desempenhar o papel de consumidor quando não se tem acesso aos meios para tal, ou sobretudo quando esse consumo se realiza de forma precária, não resgatando a dignidade do indivíduo.

Então, a inserção e a construção dos parâmetros de políticas públicas em uma sociedade de consumo devem observar não apenas a participação em programas de renda, mas, sobretudo, a inserção real a partir da combinação de novas formas de acesso à educação de qualidade para os beneficiários ao invés de reforçar ainda mais a distinção, sob pena de ao cessar-se a transferência de renda, findar-se os benefícios destas políticas. Acesso à

cidadania não pode prescindir do acesso à educação de qualidade, pois não basta ter renda para consumir, mas sim a partir desta, garantir maior emancipação do cidadão no acesso à serviços de qualidade, dentre estes, notadamente a educação pública.

## REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. **Sociedade do consumo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1995.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- BARROS, R. P. e HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”, in HENRIQUES, R. (org.), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CANCLINI, N. Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4ª edição. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1999.
- DOYAL, Len e GOUGH, Ian. **Theory of human need**. London: Macmillan Education, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, J. “Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro”, In **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- FAUSTO, Luiz. **Memórias de Areia Branca**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1978.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e Pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FELIX, Fabíola Angarten. **Juventude e estilos de vida: cultura de consumo, lazer e mídia**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas: IFCH, 2003.
- GORZ, A. Saindo da sociedade do trabalho assalariado. In *São PAULO em perspectiva*. São Paulo: fundação SEADE, v. 9, n. 3, jul/set, 1995.
- HAGUETE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.
- IBGE. Censo 2010. Disponível no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 19/05/2011.
- BRASIL. Manual do Programa Nacional do Bolsa Família. Ministério da Educação. Disponível em <http://www.educacao.gov.br/home/bolsaesc/manual/index.htm>. Acesso em 25 de Maio de 2011.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/ Cortez, 2003.

PIAGET, Jean. **Psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

REIS, Elisa P. “Sobre a cidadania”, *in* **Processos e Escolhas: estudos de Sociologia Política**. São Paulo: Ed. Anpocs, 1998.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **Pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres**. Maceió: Edufal, 2002.

SALAMA, Pierre e DESTREMEAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **A economia da vida e da morte**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 23, 1992.

SLATER, Don. **Cultura de consumo e modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

SPOSATI, Aldaíza (org.). **Renda Mínima e crise mundial: saída ou agravamento?** São Paulo: Cortez, 1997.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda básica de cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez, 2002.

VAN PARIJIS, Philippe. “**Capitalismo de renda básica**”, in *Lua Nova*, Nº 32, 1994.

WASELFISZ, Julio Jacobo; ABRAMOVAY, Miriam e Andrade, Carla. **Bolsa Escola: melhoria educacional e redução da pobreza**. Brasília: Unesco, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro**. Projeto de pesquisa, Centro de filosofia e Ciências Humanas – UFPE: Recife, 2003.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e o estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Disponível no *site* <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste>>. Acesso em 18 de outubro de 2003.

ZILIOOTTO, Denise Macedo. **O consumidor: objeto da cultura**. Petrópolis: Vozes, 2003.